

80% dos processos abertos por racismo foram arquivados

Investigadora de Coimbra diz que apenas 7,5% das queixas acabam em condenação efetiva

ESTUDO Foram arquivados 80% dos processos instaurados pela Comissão pela Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) nas áreas da educação, habitação/vizinhança e forças de segurança, entre 2006 e 2016, revela uma investigação do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, que vai ser hoje apresentado em Lisboa.

“34,6% das queixas referem-se a discriminação étnico-racial com base na cor da pele, 17% com base na origem étnico-racial cigana e 44%

com base na nacionalidade, principalmente brasileira, ucraniana, romena e moldava”, refere a investigadora Silvia Rodriguez Maeso.

O estudo “COMBAT – O combate ao racismo em Portugal: uma análise de políticas públicas e legislação antidiscriminação”, liderado por Silvia Rodriguez Maeso, tinha por objetivo fazer uma análise integrada das iniciativas políticas para a integração e disposições legais antidiscriminação e sua relação com uma diversidade de agentes sociais e políticos. “Há 20 anos que foi promulgada a lei que proíbe e sanciona a discriminação racial e, passados 15 anos após a transposição da Diretiva Europeia de Igualdade Racial para a legislação portuguesa, é

urgente a abertura de um debate público”, afirmou Silvia Rodriguez Maeso.

Os resultados do estudo mostram que 80% dos processos foram arquivados, sendo que 22% foram arquivados por prescrição. Apenas 7,5% resultaram numa condenação e, após recursos jurídicos, só 5,8% terminaram com uma condenação efetiva. De acordo com a investigadora, os números remetem para “práticas institucionais negligentes que se revelam no elevado número de arquivamento por prescrição, para a falta de resposta atempada e falhas sistemáticas no acesso à justiça”, bem como “a desproteção dos cidadãos perante os processos burocráticos”. ● EMÍLIA MONTEIRO